

T7 - “Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes” (MORUZZI MARQUES, 2010)

Mariana C. G. da Costa, Arthur Rosolen, Julia Gonçalves, Emilyn Paro,
Gabriela Maggian Lembi, Gabriela Ribeiro Ortega, Gabrieli Bellon Dalla Vecchia, Marcella
Rena

Com contribuições dos grupos e do professor

Preocupações associadas às questões agroalimentares estão ganhando cada vez mais destaque no cenário atual. As crises mundiais de abastecimento alimentar do final da década de 2000 revelaram ineficiências graves do sistema agroalimentar para oferecer alimentos em quantidade e qualidade para a população mundial.

Nesse contexto, a noção de segurança alimentar deixa margem para ambivalências e provoca descontentamento de movimentos de defesa da agricultura camponesa, o que favorece a crescente defesa da noção de soberania alimentar. Trata-se de uma valorização da diversidade das agriculturas do mundo, sendo propícia ao reconhecimento de seus múltiplos papéis.

Efetivamente, a noção de segurança alimentar é mobilizada tanto para a formulação de propostas de proteção das agriculturas locais quanto para estratégias favoráveis à liberalização do comércio internacional de alimentos. Portanto, apresenta ambiguidades, em razão de seu emprego por correntes de pensamentos divergentes com soluções dispares para garantir o acesso ao alimento à população mundial.

Neste quadro, emerge a noção de soberania alimentar, apontando para a agricultura local como forma social eficaz de produção de alimentos, respondendo adequadamente ao desafio de combate contra a fome. Assim, o termo constitui um alicerce consistente para a defesa de políticas favoráveis às agriculturas familiares em seus diferentes contextos com vistas ao enfrentamento das questões alimentares.

Portanto, a soberania alimentar nasce como um contraponto à segurança alimentar. Nesta ótica, para ser livre, um povo precisa ser soberano – e essa soberania passa, necessariamente, pela alimentação. Assim, ser soberano é produzir e comercializar os alimentos localmente, vinculados à cultura e ao modo de vida do povo, afastando-se da dependência aos grandes mercados internacionais para alimentar a população de um país.

Convém agora retornar ao ponto de partida destas controvérsias. De fato, a noção de segurança alimentar nasce no debate agroalimentar após as guerras mundiais na Europa. Assim, nos textos fundadores da Política Agrícola Comum (PAC) foi considerado importante para a garantia de segurança alimentar que os mercados estivessem abastecidos de maneira estratégica e preventiva, com produção de alimentos na Europa. Com o considerável crescimento econômico dos países europeus e com a modernização da agricultura, os objetivos de segurança alimentar foram amplamente alcançados, com uma significativa oferta de alimentos, com preços baixos. A política previa também remunerar adequadamente os agricultores.

Nesse momento, tratou-se de impulsionar o máximo potencial produtivo das explorações familiares, associado ao desenvolvimento das agroindústrias, com importante intervenção do Estado, o que foi decisivo para atingir os objetivos da segurança alimentar estabelecidos na época. Contudo, as contestações foram crescentes a esse tipo de solução produtivista. Danos ao

meio ambiente, custos elevados e regressão cada vez maior das explorações familiares são consequências negativas da modernização em questão.

Agora tratando do caso do Brasil, a segurança alimentar passou a integrar a pauta política durante a transição democrática. A Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), proposta pelo Governo Paralelo no início dos anos 1990, destaca o acesso democrático aos alimentos. Quando Fernando Collor de Melo foi deposto e se instaurou o governo de Itamar Franco, houve a implantação de medidas de segurança alimentar, tais como a “Descentralização da merenda escolar” e a “Distribuição emergencial de alimentos no Nordeste”. Na época, foi inaugurado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que visava formular, monitorar e avaliar as políticas públicas neste campo.¹ Neste período ocorre também grande mobilização dos comitês brasileiros na Ação da Cidadania: contra a fome e miséria e em favor da vida, com objetivo de combater a pobreza.

Nesta efervescente atmosfera de produção de ideias, a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) apresentou, como proposta de segurança alimentar, um maior apoio ao setor agroindustrial, visando assegurar maior oferta de alimentos para combater a fome. Essa proposta é claramente produtivista, visando o aumento da produção sem grandes compromissos com reforma agrária ou qualidade dos alimentos.

No plano internacional, em 1996, ocorre a Cúpula Mundial da Alimentação, conferência na qual foram aprovados uma declaração e um plano de ação destinados a combater a fome no mundo. Nesta ocasião, o conceito de segurança alimentar e nutricional foi definido como a garantia “a todos condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana”.

Todavia, no Fórum Paralelo à Cúpula Mundial sobre Alimentação, ocorrido no mesmo ano em Roma, o conceito de soberania alimentar foi lançado pela Via Campesina em razão desta última considerar como produtivista a referida definição de segurança alimentar. Deste modo, a Via Campesina Internacional defende que soberania alimentar se refere ao “direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental”. Mais tarde, no Fórum Mundial de Soberania Alimentar, ocorrido em 2007, na África, essa concepção ganhou mais detalhamento. A soberania alimentar tende a favorecer os circuitos curtos alimentares, com produção e consumo local, e métodos agroecológicos.

A soberania alimentar é também defendida pelo movimento *Slow Food*, fundado por Carlo Petrini em 1986. Seu objetivo é realizar uma contraposição política e filosófica à tendência de padronização do alimento simbolizada pelas grandes cadeias *fast-food*. O movimento protege identidades culturais ligadas a tradições alimentares e gastronômicas. Procura igualmente valorizar produtos alimentares, técnicas de cultivo e processamentos herdados por tradição, defendendo ainda espécies vegetais e animais com uso alimentar ameaçadas de esquecimento. O direito ao prazer da alimentação é uma bandeira do movimento, de forma a respeitar tanto o meio ambiente quanto os produtores. A noção de ecogastronomia é também divulgada pelo *Slow Food*, com vistas a defender a biodiversidade alimentar e escolhas sustentáveis.

¹ Apesar desta importante discussão sobre segurança alimentar, o direito à alimentação não estava incluído na Constituição de 1988. Apenas em 2010, o Congresso Nacional promulgou a Proposta de Emenda Constitucional nº 64, introduzindo este direito na Constituição. Por outro lado, a lei nº 11.346/2006 cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, um passo importante para a efetivação do direito à alimentação no Brasil.

Outro defensor da soberania alimentar, Maarc Dufumier (2004) destaca que, aproximadamente, 75% dos indivíduos em estado de insegurança alimentar no planeta pertencem a famílias agricultoras desfavorecidas. Portanto, a proteção e apoio a esta agricultura permitiria sua maior estabilidade produtiva, assegurando alimento de qualidade e renda para grupos sociais vulneráveis. O autor aponta também que a agricultura familiar tende a ser mais benéfica ao meio ambiente.

Como estratégias associadas à soberania alimentar, pode-se destacar aquelas dos agricultores familiares ligados à cooperativa Cooperativa de Agricultores Familiares da Serra de São Pedro (COOPAMSP), apoiados pelo GESP (Grupo de Extensão de São Pedro), criado em 1989 na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). Trata-se de um apoio com a participação de professores e estudantes de vários cursos. A COOPAMSP produz alimentos com a marca “Leite do Campo”. Teve origem na organização de 38 produtores familiares em 1989, possuindo atualmente cerca de 100 cooperados, a maioria com produção de leite. Após apoiar a organização destes produtores, o GESP concentra sua ação na adequação do sistema de produção para se tornarem mais respeitosos do meio ambiente. Os produtos oferecidos pela cooperativa são leite integral, iogurtes de morango, abacaxi e coco, comercializados em muitas escolas e estabelecimentos na região.

Por outro lado, muitos produtores da COOPAMSP participam da Feira do Produtor de São Pedro, que acontece todos os sábados, comercializando queijos, frutas, verduras, café, temperos, flores, mudas, grãos, entre outros produtos. Essa atividade ajuda a manter os estabelecimentos enquanto mais uma fonte de renda para o produtor, além de aumentar a interação com o consumidor. Na feira, acontecem apresentações culturais com músicos locais que torna o ambiente local ainda mais agradável.

A propósito, muitos frequentadores dessa feira de produtores acreditam que os produtos comercializados aqui são mais saudáveis do que os produtos industrializados encontrados em supermercados.²

Referências

DUFUMIER Marc (2004) *Agricultures et paysanneries des Tiers mondes*. Paris: Karthala.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo (2010), “Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes”, *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, vol. 17(2), Campinas: Unicamp, pp. 78-87

ROCHA, E. (2017). A construção democrática do direito à alimentação adequada e a regulação de alimentos. *Revista de Direito Sanitário*, 17(3), 107-112.

² Outras iniciativas pertinentes associadas à soberania alimentar são aquelas fundadas em experiências agroecológicas. A produção para autoconsumo de comunidades quilombolas, como no Quilombo da Serra do Evaristo, no Maranhão, associada ao intento de preservar a cultura e tradição local também pode ser citada aqui.